

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

Conselho Editorial
M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Presidente*
WILSON FIGUEIREDO — *Vice-Presidente*

Conselho Corporativo
FRANCISCO DE SÁ JÚNIOR
FRANCISCO GROS
JOÃO GERALDO PIQUET CARNEIRO
JORGE HILÁRIO GOUVÊA VIEIRA

LUIS OCTAVIO DA MOTTA VEIGA — *Diretor Presidente*

DACIO MALTA — *Editor*
MANOEL FRANCISCO BRITO — *Editor Executivo*
ROSENAL CALMON ALVES — *Editor Executivo*
ORIVALDO PERIN — *Secretário de Redação*

FERNANDO ZENOBIO A. DE CARVALHO — *Diretor*
SERGIO REGO MONTEIRO — *Diretor*

O Quintal do Vizinho

Embora a inflação tenha voltado a cair neste final de ano, devido à baixa dos preços dos alimentos que vinham subindo por efeito da prolongada estiagem, o Brasil não deve se iludir — e o presidente eleito sabe perfeitamente disto: a situação das finanças públicas é extremamente delicada, e não permite vacilações no combate à inflação no primeiro ano de governo.

Todas as medidas recentes adotadas pelo governo, sobretudo na área financeira, denotam preocupação prioritária com o controle da moeda. Desde a criação do real não foi baixada nenhuma medida que pudesse ser interpretada como atitude leniente do governo em relação ao processo inflacionário.

O presidente do Banco Central e virtual futuro ministro da Fazenda, Pedro Malan, foi claro ao afirmar em Nova Iorque que o governo está preocupado agora em quebrar a coluna vertebral da inflação. Das várias medidas de austeridade, destaca-se entre as reformas econômicas que dependem de emenda à Constituição a proposta de independência do Banco Central em relação ao Tesouro.

Tudo isso implica a continuidade da política de sacrifício nacional para derrotar o inimigo número um do país. Considerando que os programas sociais estão sendo sacrificados há anos pela penúria financeira do Tesouro, é condenável a manutenção de privilégios para alguns setores da sociedade. Quando os privilégios são reivindicados por grupos econômicos, o que é moralmente condenável assume caráter anti-ético.

Destoa desse esforço a tentativa de um grupo de empresários paulistas, integrantes do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), de solicitar ao presidente eleito, Fernando Henrique Cardoso, a concessão de subsídios aos investimentos industriais, entre outras medidas de estímulos para isentar certos setores da indústria do sacrifício de ajustamento.

A questão não se resume apenas à proteção

estratégica a ser oferecida à indústria brasileira — pelas implicações na oferta de emprego, na geração de um modelo de integração industrial e pelos reflexos intrínsecos no balanço de pagamentos e na criação de um mercado interno forte. É indispensável o outro lado da moeda.

Os pesados subsídios e proteções tarifárias concedidas pelo Estado a diversos setores da indústria provocaram sangria no Tesouro (e explicam parte do desequilíbrio estrutural do Estado). De tanto acostumarem mal os empresários, durante o longo processo inflacionário impulsionado pelo desequilíbrio fiscal, ficaram com a boca torta: muitos não sabem enfrentar a concorrência sem a proteção do governo.

O que o Plano Real conseguiu até agora foi tirar a inflação de cena, ao travar o mecanismo de realimentação automática da indexação. É preciso, no entanto, impedir que a inflação volte. Não vale fugir do corpo-a-corpo, com o recurso ao velho jeitinho brasileiro de reivindicar o combate à inflação no quintal do vizinho.

As propostas do Iedi e da Fiesp soam como música antiga. No mesmo sentido pode ser arrolada a tentativa do governo de São Paulo e das montadoras de manter o ICMS de 12% sobre os automóveis populares. A alíquota caiu de 18% quando havia excesso de produção sobre o consumo; hoje, quando o ágio resiste, por força da demanda superar largamente a oferta, a manutenção do ICMS baixo é um contra-senso econômico.

Sobretudo porque as finanças paulistas estão em situação precária, obrigando o governo Fleury a ampliar o calote no governo federal, e os estados que não produzem automóveis saem perdendo com o privilégio. É contraditório que os empresários peçam com uma das mãos uma política fiscal consistente para dar a garantia de estabilização que a política cambial não pode sustentar e reivindiquem com a outra subsídios e privilégios que afetam a área fiscal.